

Política pública brasileira de formação de formadores de trabalhadores em economia solidária: fundamentos, avanços e desafios

Brazilian public policy on training for trainers and workers in the solidarity economy: foundations, advances and challenges

Adriane Vieira Ferrarini¹

adrianevf@unisinos.br

Resumo. Nas três últimas décadas, a proliferação de empreendimentos de economia solidária no Brasil tem gerado crescentes demandas educativas e gerenciais, as quais não são atendidas pelas políticas tradicionais. Com isso, entidades de apoio e o movimento social passaram a demandar uma política pública de formação. Em 2009, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) implementou os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES) destinados à formação de formadores, educadores e gestores públicos que atuam com economia solidária. Este artigo tem o objetivo de apresentar a emergência, fundamentos e operacionalização do CFES, bem como uma análise preliminar dos principais avanços e desafios através de pesquisa e participação observadora no CFES Sul. A análise permitiu concluir que a política apresenta características inovadoras principalmente devido ao caráter participativo presente desde sua formulação. Destaca-se também, no caso do Estado do Rio Grande do Sul (RS), o avanço no reconhecimento dos trabalhadores como formadores, colocando em prática os princípios da educação popular. Os limites identificados giraram em torno da rigidez e burocracia do sistema de convênio, e o principal desafio, no limiar do término da política, consiste no reconhecimento do CFES como referência político-pedagógica da formação em economia solidária no Brasil e sua própria continuidade.

Palavras-chave: formação, economia solidária, política pública, educação popular.

Abstract. In the last three decades, the proliferation of solidarity economy enterprises in Brazil has created growing educational and managerial demands, which are not met by the traditional policies. Thus, supporting organizations and social movements began to demand a public policy for training and education in this area. In 2009 the National Secretariat for Solidarity Economy (SENAES) implemented the Training Centers of Solidarity Economy (CFES) for the training of trainers, educators and public managers who work in the solidarity economy. This article discusses the emergence, principles and operation of the CFES and makes a preliminary analysis of the main advances and challenges through research and participant observation in the CFES South. The analysis concludes that the policy introduces innovative features due to its participatory nature, especially with advances in the recognition of workers as trainers under the principles of popular education. One of its limitations is the rigidity and bureaucracy of the system of agreements and the main challenge on the threshold of the end of the policy is the recognition of the CFES as a political-pedagogical reference in the solidarity economy training in Brazil and its continuity.

Key words: training, solidarity economy, public policy, popular education.

¹ Doutora em Sociologia, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, 93022-000, Cristo Rei, São Leopoldo, RS, Brasil. Membro dos Grupos de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa e em Empreendedorismo e Inovação Social (Unisinos).

Introdução

Os limites do modelo de desenvolvimento hegemônico, pautado no expansionismo produtivo ilimitado e na promessa de que o mercado conseguiria gerar mecanismos de regulação social (Sachs, 2008; Arrighi, 1997), são um dos fatores que contribuiu para o ressurgimento de experiências de produção cooperativada a partir de princípios de solidariedade e de sustentabilidade (Gaijer, 2009; Santos, 2002). No Brasil, nas três últimas décadas, ocorreu a proliferação tanto de empreendimentos de economia solidária como uma forma de enfrentamento ao desemprego quanto de entidades de apoio e formação aos trabalhadores. Essa realidade trouxe novos desafios, tais como: crescentes e complexas demandas dos trabalhadores por qualificação do ponto de vista técnico-gerencial (qualificação da gestão financeira e dos processos produtivos) e educativo (pautado nos valores de solidariedade, cooperação, autogestão e sustentabilidade), necessidade de reflexão e de produção teórico-metodológica sobre a formação e a assistência técnica, bem como articulação com outras políticas setoriais (Brasil, 2006).

As políticas tradicionais de apoio aos empreendimentos são usualmente voltadas a empreendedores individuais que tencionam competir no mercado, não se adequando às necessidades dos empreendimentos associativos e solidários. Com isso, o conjunto plural de entidades de apoio e formação passou a apresentar uma série de demandas relativas à formação em economia solidária, as quais foram encaminhadas de forma coletiva através dos espaços políticos organizativos.

Produto dessa mobilização, o CFES foi implantado em 2009 pela SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); trata-se de uma política de formação de formadores e de trabalhadores de economia solidária desenvolvida nas cinco regiões do Brasil através de convênio firmado com organizações locais habilitadas. Na região Sul, a execução ficou sob a coordenação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Este artigo tem o objetivo de apresentar a experiência do CFES em linhas gerais, situando sua emergência, fundamentos e operacionalidade, bem como uma análise preliminar dos principais avanços e desafios.

Economia Solidária: expansão no contexto brasileiro

A realidade contemporânea é marcada pelo paradoxo entre o vertiginoso avanço científico

e tecnológico e o agravamento da questão social, caracterizado pelo aumento da pobreza e da degradação ambiental no mundo globalizado. A economia solidária e seus processos formativos não podem ser compreendidos fora do contexto sócio-histórico em que emergem e se desenvolvem, contexto caracterizado pela luta social, pela resistência ao modelo econômico e político concentrador de riqueza e pela tentativa de proposição de formas alternativas de produção da vida material e social.

No Brasil, as décadas de 1980 e 1990 foram marcantes com relação ao aumento do desemprego, agravamento da situação de pobreza e precarização das condições de vida de grandes contingentes da população. Por um lado, setores populares começaram a organizar-se em torno de experiências coletivas de geração de trabalho e renda, frente à necessidade de encontrar alternativas de subsistência. Este não é um fenômeno novo, mas reaparece em vários países da América Latina e no Brasil. Por outro lado, o Brasil entrou no período de redemocratização e de fortalecimento do ideário e de práticas com intencionalidade emancipatória. Além disso, o fracasso das experiências socialistas do leste europeu trouxe consigo o desmoronamento de princípios, fundamentos e estruturas do agir político-educativo das últimas décadas e a busca de novos paradigmas e referências.

Tais elementos propiciaram um terreno fértil para a conformação das experiências associativas de geração de renda em torno da retomada das ideias de solidariedade e de autonomia. Também merece destaque o fato de os movimentos sociais emergentes na década de 1980 passarem a ver a necessidade de incluir a dimensão econômica nas lutas sociais e políticas, considerando a imensa desigualdade do país e condição de pobreza de grande parte da população brasileira.

A economia solidária hoje é um termo amplamente utilizado e congrega um conjunto variado de práticas socioeconômicas e de conceitos. As práticas consistem em empreendimentos associativos, cadeias produtivas, comércio justo, comercialização e consumo coletivos, crédito solidário, clubes de trocas com moeda local, entre outras. Os conceitos também são variados, podendo ser sinônimos ou se diferenciar de termos correlatos, tais como: economia social, economia popular, socioeconomia solidária, economia do trabalho. Solidariedade, sustentabilidade, autogestão, cooperação e viabilidade econômica são alguns dos princípios que

conferem identidade a essas formas alternativas de produção.

O mapeamento da economia solidária no Brasil identificou, até agosto de 2007, a existência de quase 22 mil empreendimentos econômicos solidários com cerca de 1 milhão e 700 mil homens e mulheres que realizavam uma extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços (Silva e Faria, 2009). Trabalhadores desses empreendimentos necessitam exercitar competências que se diferenciam daquelas características da relação salarial subordinada, tais como: ter a propriedade coletiva do empreendimento e autogerí-lo, empreender, produzir com padrões de qualidade e custo e concorrer no mercado. Apesar da importância que vêm adquirindo, os empreendimentos econômicos solidários apresentam grandes fragilidades, tais como dificuldades na comercialização, acesso ao crédito, fomento, conhecimentos e assistência tecnológica. Além disso, os ativos ofertados por políticas públicas em geral não servem adequadamente para atender aos requisitos de um empreendimento cooperativo, caracterizado por relações de equidade entre seus membros. Não servem tampouco para que esses empreendimentos garantam melhorias consistentes na inserção dos trabalhadores pobres no mercado (ou na economia mais ampla), pois isso significa dilatar redes e estruturas muito bem implantadas de dominação econômica e política que pesam sobre eles (Gaiger, 2010).

A viabilização de empreendimentos de economia solidária e a configuração do que se costuma designar como “uma outra economia” vêm sendo promovidas com o auxílio de atividades de capacitação desenvolvidas por agências de fomento e por políticas públicas. As ações educativas para os empreendimentos econômicos solidários constituem-se num componente prioritário das entidades de apoio e formação (EAF). Essa realidade requer o fortalecimento do processo organizativo e a conquista de políticas públicas de economia solidária. A formação em economia solidária surge em conjunto com as iniciativas econômicas, sendo fomentada pelas necessidades dos trabalhadores e, simultaneamente, estimulando a criação de novos empreendimentos.

Fundamentos da formação em economia solidária

Do ponto de vista analítico, é evidente a estreita vinculação entre educação e desenvolvi-

mento econômico, perceptível na própria consolidação da sociedade capitalista globalizada, para a qual a educação teve papel fundamental. De forma genérica, pode-se afirmar que, sob a ótica utilitarista, a educação privilegiou a dimensão técnica e instrumental da formação e oportunizou a qualificação de trabalhadores, sua permanente adaptação às novas demandas do mercado. Denominada por Paulo Freire como “educação bancária”, pode ainda ser conhecida pela terminologia “educação doutrinária ou tradicional”. A analogia com “banco” expressa o processo de “depósito” de conhecimento no educando. Tal concepção parte do princípio de que existe uma relação hierárquica entre educador e educando que se caracteriza pela transmissão vertical de conhecimentos. A educação bancária reproduz a subordinação e transmite a mensagem de que o povo não possui saberes e não precisa pensar, apenas reproduzir, o que é muito interessante econômica e politicamente para a manutenção do *status quo* (Freire, 1983).

Numa perspectiva crítica ou libertadora – como passou a ser chamada na década de 1970 a partir da teologia da libertação –, a economia e a educação, embora possuam finalidades próprias, são meios para um fim maior e mais sublime. Esse fim é o desenvolvimento dos potenciais, capacidades, talentos, recursos, atributos dos sujeitos partícipes do ato educativo e, mais adiante, o povo e a nação. Portanto, o desenvolvimento integral – pessoal, comunitário, social – é o objetivo maior e mais abrangente da educação emancipatória. Ligada ao processo de desenvolvimento, esta educação não pode ser concebida como um espaço separado da *práxis* social e produtiva dos envolvidos (Arruda, 2006).

A educação popular, educação comunitária, educação libertadora ou pedagogia da autogestão, para fins desse estudo, são consideradas sinônimos por sua identidade epistemológica comum e convergência ético-política pautada nas ideias de que (i) o conhecimento é algo a ser construído; (ii) essa construção é feita de forma coletiva; (iii) há múltiplas formas de conhecimentos válidos para além do científico e (iv) é possível promover novas sínteses entre diferentes saberes. Daí a afinidade dessas vertentes educativas com os processos de formação em economia solidária. Dito de outra forma, tanto a economia solidária como a educação popular têm no seu horizonte a transformação da sociedade e como base a crítica à sociedade da exploração.

Teoricamente, cada vertente agrupa elementos específicos e complementares à concepção de educação compatível com a economia solidária. A educação popular é uma prática social que lida fundamentalmente com o conhecimento, não aquele acabado ou estático, mas dinâmico, dialético e produzido pelos próprios sujeitos do processo, ou seja, as camadas populares e os educadores. Assim sendo, o conhecimento é a matéria-prima da educação popular, e a essência da metodologia dessa prática educativa é a construção coletiva do conhecimento que possibilite às camadas populares apropriarem-se criticamente da realidade, engajando-se em movimentos e organizações em busca da transformação dessa realidade.

Subvertendo a separação do trabalho intelectual e manual e a lógica capitalista de trabalho, a educação popular estimula que cada trabalhador articule os conhecimentos práticos aos científicos. A educação popular tem como princípio básico a construção do sujeito político, capaz de transformar o mundo em que vive. O conhecimento é importante na medida em que serve para esta ação. Por isso, jamais pode ser apenas um conhecimento técnico, uma vez que o ser no mundo implica tomar decisões e fazer opções de caráter político (Streck, 1996, *in* Kirsch, 2004).

Na América Latina, a condição de pobreza e exclusão socioeconômica a que estão submetidas significativas parcelas da população faz com que a educação e a economia popular sejam complementares em práticas emancipatórias.

É difícil, para não dizer impossível, desenvolver processos educativos com setores populares, desvinculados da produção [...] são práticas que buscam melhores condições de vida e visam robustecer as organizações populares com o apoio de processos educativos emanados das próprias atividades econômicas (Gadotti e Gutiérrez, 1993, p. 8).

A denominada educação comunitária associa as dimensões produtiva, organizativa e educativa, pautando-se nas seguintes teses: pluralismo de concepções e práticas; integração com a educação escolar (presente também na luta de setores populares pela educação pública); organização da produção para o exercício de cidadania e a qualidade de vida através de novas metodologias que contemplem a organização, o lúdico e a comunicação; integração local, nacional e transnacional; diferen-

ciação de propostas de solução de problemas emergenciais e episódicos, transferência para a comunidade da responsabilidade do Estado (que pode ser entendida como responsabilidade e protagonismo da sociedade civil no enfrentamento de expressões da questão social) e não resignação à situação de pobreza (Gadotti e Gutiérrez, 1993).

Os princípios de vertentes educativas emancipatórias permitem afirmar que a própria economia solidária é, antes de tudo, um processo contínuo de aprendizado através “da prática de comércio justo entre os empreendimentos e relacionamentos solidários com fornecedores e consumidores, das práticas de participação na política e na cultura do país, da região e do mundo” (Gadotti, 2009, p. 13) e do desafio cotidiano de exercício da autogestão no interior dos empreendimentos.

Política pública de formação em economia solidária no Brasil

Conforme referido, a formação em economia solidária começa a ganhar maior destaque e visibilidade a partir da ampliação do número de entidades e de agentes formadores, da busca por qualificação das atividades formativas e dos novos impasses a que os trabalhadores da economia solidária estão permanentemente submetidos no dinâmico cenário econômico e cultural do mercado. No Brasil, a formação entrou na agenda política através da Plataforma da Economia Solidária, cuja construção foi iniciada na 1^a Plenária Nacional de Economia Solidária realizada em dezembro de 2000, até chegar à versão atual que é resultado da 3^a Plenária Nacional, a mesma que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Essas iniciativas foram fundamentais para subsidiar os debates sobre a formação em economia solidária durante a 1^a Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006, em Brasília. Ela mobilizou mais de 15 mil pessoas em suas etapas preparatórias (estaduais e microrregionais) e 1.200 pessoas na etapa nacional. O documento final da conferência (itens 79 a 86) expressa as diretrizes e prioridades para a formulação de uma política pública capaz de promover:

- A integração e articulação das ações de formação, assessoria e assistência técnica, o que requer o fortalecimento das entidades de apoio, das incubadoras de cooperativas populares, bem como de uma rede de agentes comunitários de desenvolvimento local sustentável e solidário;

- A ampliação da inserção da economia solidária nos programas existentes de elevação de escolaridade e qualificação social e profissional para ampliar competências produtivas e a agregação de valor à produção;
- A inserção de práticas pedagógicas e valores da economia solidária (que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade) nos currículos e projetos pedagógicos, de forma transversal e interdisciplinar, nos vários níveis de ensino (fundamental, médio e superior), incluindo a formação de educadores do Sistema Público de Ensino e o desenvolvimento de material didático e
- A formação sistemática de gestores públicos para a implementação de ações de economia solidária nos diversos níveis governamentais.

Em 2006, o movimento organizado da economia solidária pautou a necessidade de uma política pública voltada à qualificação e disseminação das ações de formação, que encontrou na SENAES o respaldo necessário para seu desenvolvimento em nível nacional. Inicialmente, o governo federal desenvolveu instrumentos para conhecimento do campo. O Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária (SIES), o mais importante instrumento diagnóstico, informou, no ano de 2007, a existência de 2.340 entidades de apoio cadastradas, dentre: organizações governamentais e não governamentais, universidades, sistema "S"² e movimento sindical. Em 2009, foram implantados os CFES's, que são espaços regionais voltados à formação de formadores, educadores e gestores públicos que atuam com economia solidária.

Os Centros fazem parte das estratégias de uma Política Nacional de Formação em Economia Solidária e perpassam várias outras ações da SENAES, tais como: o apoio a empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, o fomento e fortalecimento de redes de cooperação, a disseminação de metodologias e articulação de bancos comunitários e fundos solidários, as feiras de economia solidária e o mapeamento da economia solidária, entre outras.

No termo de referência do CFES, a formação é definida como "construção social" inerente aos processos de trabalho autogestionários e elemento fundamental para a viabilização das iniciativas econômicas e para a ampliação da cidadania ativa e do processo democrático. A formação é baseada no reconhecimento da centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social e orienta ações político-pedagógicas inovadoras, autogestivas e solidárias (Brasil, 2007).

Uma importante atribuição do CFES é, através das experiências formativas em economia solidária, ser referência para avaliação, sistematização metodológica e produção de materiais pedagógicos. Nesse sentido, são processos e espaços de inovação científica e tecnológica que favorecem a realização de estudos e pesquisas e a disseminação de conhecimentos e tecnologias formativas apropriadas à realidade e à diversidade dos empreendimentos econômicos solidários (Brasil, 2005).

As diretrizes políticas e metodológicas da formação em economia solidária são as seguintes: reconhecimento das experiências e dos saberes dos trabalhadores envolvidos nos atos formativos autogestionários, valorização dos acúmulos, da diversidade e da pluralidade de iniciativas de formação em economia solidária, gestão participativa, educação popular, pedagogia da alternância (que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática), intersetorialidade e complementaridade (articulação entre políticas e órgãos governamentais).

As ações do CFES estão concentradas em seis eixos:

- (i) Formação de formadores e multiplicadores em economia solidária através de atividades formativas sequenciais e módulares, presenciais e à distância, para trabalhadores, agentes e educadores que atuam em programas, projetos e ações de apoio à economia solidária;
- (ii) Formação de conselheiros para subsidiar a inserção da economia solidária no Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional realizada através de seminários regionais e nacionais;

² O sistema "S" é formado por organizações e instituições referentes ao setor produtivo e desenvolve ações de bem-estar social de seus funcionários, saúde, lazer e educação profissional. São elas: Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

- (iii) Desenvolvimento e sistematização de metodologias e conteúdos de formação em economia solidária;
- (iv) Documentação e publicação de material didático e informativo;
- (v) Apoio à articulação de formadores e educadores de economia solidária através de encontros (estaduais e regionais) e seminário nacional;
- (vi) Subsídios à Comissão Temática de Formação e Assistência Técnica em Economia Solidária do Conselho Nacional de Economia Solidária na formulação da Política Nacional de Formação em Economia Solidária.

Os seis Centros (um nacional e cinco regionais, cobrindo todas as regiões brasileiras) foram implantados por meio de convênios celebrados com instituições habilitadas através de processo seletivo. Posteriormente, a instituição selecionada inscreveu o projeto e orçamento detalhado num sistema eletrônico de convênio do governo federal, denominado SICONV, o que demandou esforços gigantescos, dada sua complexidade e novidade (nem mesmos os técnicos do governo dominavam completamente as informações) e pelas regras excessivas ou mesmo questionáveis a respeito da forma de uso do recurso financeiro e definição rígida das atividades, o que em parte se explica pela necessidade de transparência nas contas públicas e pelo pioneirismo da ação, mas acabou por “engessar” as ações. A intenção desse sistema é louvável; ele visa não apenas facilitar em médio prazo o registro e acesso à informação, como possibilitar transparência e controle social do uso do recurso público, mas ainda assim precisa ser adaptado.

A formação foi realizada através de um conjunto expressivo de atividades anuais, triplicadas ao longo de três anos. A concepção inicial da operacionalização visava a um “efeito cascata” das atividades, com pessoas-chave que seriam multiplicadores desde os cursos nacionais, até os regionais (dois ao ano, formação de 40 horas cada para 80 agentes) e os estaduais (dois ao ano, formação de 24 horas cada para 80 agentes). Outras atividades eram: cinco oficinas locais por Estado (de 16 horas para 60 lideranças de empreendimentos), seminários regionais com conselheiros e participantes de programas, projetos e ações de formação (dois de 24 horas de duração e 30 participantes cada, cujo objetivo é avaliar e propor alternativas de qualificação social e profissional na região em torno das demandas da economia solidária);

quatro encontros estaduais e quatro regionais de articulação de formadores (de 16 horas de duração e 20 participantes, com o objetivo de articular as organizações e experiências realizadas; monitorar e avaliar os processos de formação; sistematizar e disseminar os conteúdos e metodologias, destacando os produtos e impactos dos processos de formação em economia solidária.

A prática levou a mudanças em especial quanto ao papel do CFES Nacional a partir do segundo ano de execução da política, que deixou de realizar cursos de formação e passa a ser demandado a fortalecer sua função de articulador entre os CFES's regionais e de sistematizador dos processos instaurados e dos conhecimentos acumulados.

CFES Sul: casa de ferreiro, espeto de ferro

Na região Sul do Brasil, a Unisinos foi a instituição gestora do CFES, abrangendo os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O CFES Sul teve um atraso de mais de um ano para ser implantado devido a problemas legais e burocráticos. Os dados foram produzidos através de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos com o objetivo de conhecer as práticas educativas das principais entidades e de apoio e formação em economia solidária do RS, bem como as concepções e dimensões do conceito de educação presentes nos discursos dos educadores e dos participantes do CFES Sul. Para tanto, foram realizadas, na fase inicial da pesquisa, cinco entrevistas individuais e um grupo focal com quatro participantes. Os dados também são oriundos de observação participante em atividades formativas e reuniões do comitê metodológico (grupo instituído no CFES Sul para apoio político-pedagógico à equipe executiva) e conselho gestor regional, instâncias que ampliam a pluralidade nas reflexões e a democracia nas decisões.

O caráter participativo é o que mais chamou atenção. Desde o início, as organizações e forças vivas do movimento da economia solidária na região (como os fóruns de economia solidária) foram chamadas para cogerirem as ações através de suas representações, tendo inclusive sido as responsáveis pela indicação do público das atividades formativas do CFES Sul. A pesquisa focou nas ações implementadas pelo CFES no RS, que certamente agrega-

ram o acúmulo do debate de atividades nacionais e regionais, mas também se diferenciaram na medida em que eram os educadores que planejavam e realizavam os cursos estaduais.

O fato mais relevante a ser destacado foi uma decisão tomada pelos educadores do RS, que provavelmente se diferenciou do resto do país: a de alterar o perfil do público, que seria composto por 80% de formadores de EAF e de gestores públicos e 20% de trabalhadores, passando para 80% de trabalhadores. Precisamente, no ano de 2010 o público dos cursos foi composto por um percentual de 79% de trabalhadores da economia solidária, 15% de formadores de entidades e 6% de gestores públicos, quadro que em 2011 se repetiu, ainda que não se tenham dados exatos. Essa decisão foi pautada no reconhecimento dos trabalhadores da economia solidária como formadores a partir da validação dos saberes produzidos no chamado chão de fábrica ou no cotidiano da atividade laboral autogestionária.

Isso gerou resistências, não apenas entre os formadores de outros Estados, mas entre os próprios trabalhadores. “Por que eu?” (entrevistado 7), foi uma fala que se mostrou emblemática dessa ruptura de paradigma. Essa trabalhadora referiu que tinha até dificuldades de se comunicar e que teve que ser descoberta como formadora por uma companheira. O retorno que os componentes do grupo focal da pesquisa lhe deram foi de que ela “já era formadora sem saber” (entrevistado 4), e que “muitos deles já eram” (entrevistado 3). Outro exemplo de resistência diz respeito a questionamentos feitos nos próprios fóruns de economia solidária sobre as razões pelas quais os trabalhadores iriam participar do CFES.

As atividades do CFES do Estado do RS romperam com o jargão “casa de ferreiro, espeto de pau” ao aplicarem em seu próprio espaço de formação os princípios da educação popular, concebendo os trabalhadores como formadores a partir do saber prático, dando-lhes a oportunidade de se reconhecerem e se exercitarem como formadores e assimilando na formação as inovações produzidas. “A educação, que é essencial para o avanço da economia solidária, só pode ser aquela que começa a negar que os papéis de educador e de educando sejam desempenhados sempre pelas mesmas pessoas” (Gadotti, 2009, p. 15).

A metodologia adotada no CFES também fez jus a essa busca de coerência entre teoria e prática:

Abolimos o Power Point, não é método para formação em economia solidária. Trouxemos sempre algo experimental: objeto, música, algo concreto, desenhos [...] fazer visitas para conhecer outras experiências bem-sucedidas. Os formadores não falavam nada, e sim os sujeitos de outras experiências (entrevistado 1).

Outro método utilizado foi a autogestão da pedagogia, já previsto e estimulado pelo CFES Nacional, que consiste na subdivisão do grupo de participantes para cogerir as ações do evento (sistematização, monitoramento, avaliação, infraestrutura e animação), as quais passam a adquirir outra nomenclatura e significados próprios. É algo novo que inicialmente também mobilizou resistências. As pessoas não esperavam participar da gestão da atividade formativa, mas “assistir a ela”, como espectadoras. Novamente, apareceram os desafios que envolvem processos de inovação e mudança. “No início foi muito difícil porque eu fui para o curso ganhar formação e não ser formador. Anotava tudo no caderno como se fosse para fazer uma prova. A vontade foi sair correndo, dar no pé e nunca mais voltar” (entrevistado 4). No final, os participantes do curso estadual entenderam que o seu papel era ser protagonista em conjunto com os formadores e com os coordenadores pedagógicos: “No CFES é maravilhoso porque não tem algo que tu vai dar palestras. As pessoas têm que entender e fazer a sua escolha” (entrevistado 6).

Os cursos de formação de formadores no RS reconheceram a importância de integrar diferentes rationalidades (cognitiva, expressiva e prática) no processo de formação integral do sujeito através da combinação de atividades formais, lúdicas, políticas e integradoras. O papel dos formadores foi mediar e facilitar o processo em relação horizontal e colaborativa de produção do conhecimento. Isso permitiu que os formadores fossem sujeitos dos processos educativos, dando mais um passo no aprimoramento de espaços de formação da economia solidária. “Toda a qualificação profissional deve ser uma qualificação social” (Gadotti, 2009, p. 15).

CFES Sul como inovação social: avanços, limites e desafios

Chesbrough (2006) distingue o modelo dominante de “inovação fechada” da “inovação aberta”. Na inovação fechada, o êxito requer o controle de ideias e do ambiente, o que

inclui tecnologias, sujeitos envolvidos e condições variadas de sua produção; a inovação é uma questão de pesquisa e desenvolvimento no interior das organizações (Chesbrough, 2006). Já na inovação aberta, muitos sujeitos estão envolvidos de forma intencional ou não. Nenhuma organização isoladamente é capaz de controlar o ingresso de ideias, processos e tecnologias. Alia-se o processo ao resultado: o processo ocorre dentro e fora da organização e o resultado decorre da colaboração de muitos atores, o que tende a ser mais exitoso do que um produto restrito voltado para um determinado mercado e representa uma mudança de paradigma.

Tanto a inovação aberta quanto a inovação social (esta concebida também como processo e não apenas como resultado) ocorrem em arenas colaborativas definidas por limites tênues entre agentes e instituições e são caracterizadas por uma situação em que as redes são o tipo dominante de organização. Relações internas e redes estão relacionadas a ideias, sujeitos e tecnologias externas que já não são controladas pela organização (Chesbrough, 2006; Hulgaard, 2010). Leadbeater (2009) utiliza o conceito “*we think*” (“nós pensamos”) como uma expressão radical de inovação social aberta, a qual ele define através de um slogan da Wikipédia: “quanto mais compartilhamos, mais ricos somos”. Para o autor, o mundo depara-se hoje com uma onda de colaboração criativa global e de cocriação nunca antes pensada.

A aplicação do conceito de inovação social aberta à análise da política pública brasileira de formação em economia solidária levou à identificação de características inovadoras ou avanços em todas as etapas do CFES:

- O CFES adveio de demanda coletiva de amplos segmentos sociais, tendo sido acolhida pelo governo federal e transformada em política pública. Daí a dimensão participativa ser considerada como principal avanço evidente; no caso do CFES Sul, pode-se afirmar que em todas as etapas (desde o planejamento até a avaliação e sistematização);
- A gestão compartilhada através de representantes dos CFES's e de segmentos do governo e da sociedade civil envolvidos, estando em curso a construção participativa do projeto político-pedagógico de formação em economia solidária;
- A estruturação do CFES fortalece organizações da sociedade civil no campo da formação na medida em que oportuniza

za a capacitação de seus formadores, os coloca em contato com redes de organizações e permite o acesso a recursos e a conhecimentos;

- As ações do CFES têm repercussão na eficiência dos empreendimentos econômicos solidários e estimulam o empreendedorismo social;
- Promoção de uma experiência de ruptura da dicotomia entre educador e educando, presente até mesmo em formações do campo da economia solidária devido à persistência de significados e práticas e a imposições de formatos de atividades por parte de editais que, por vezes, limitam possibilidades pedagógicas mais criativas.

Os principais limites percebidos na implementação do CFES Sul, abaixo citados, podem ser generalizados ao conjunto dos CFES's no Brasil de acordo com a análise empreendida:

- Dificuldades inerentes aos processos de participação direta em si, sobre os quais é mais fácil teorizar do que exercitar, pois exigem o exercício de habilidades relacionais e comunicacionais no trato com as diferenças, bem como atitudes de solidariedade, proatividade e criatividade;
- O controle social é necessário num Estado democrático, mas há que se construir procedimentos que combinem a transparência das informações com alguma flexibilidade para que atividades-meio não consumam tanto tempo e energia da equipe executiva que deveriam ser dedicados à dimensão político-pedagógica;
- A definição *a priori* e rígida de um número expressivo de atividades formativas, além de impor problemas de ordem prática, engessou em muitos momentos a possibilidade de criar formatos de acordo com a realidade local;
- A burocracia no uso dos recursos muitas vezes impediu contratações ou adequações que seriam benéficas para a atividade, mas não haviam sido previamente definidas.

Os desafios futuros para a consolidação dos resultados do CFES giram em torno do risco de término da política após a finalização desse primeiro edital. No Brasil, não é incomum que políticas de Estado se constituem como políticas de governo, o que gera um conjunto de repercussões negativas, tais como: descontinui-

dade nas ações, desmobilização de segmentos da população e de organizações e desperdício de recursos. Daí os principais desafios serem:

A perenização da estrutura de formação em economia solidária em âmbito nacional, regional, estadual e local através da atuação das entidades que já estão envolvidas no processo e da inclusão de outras, com possibilidade de acesso a recursos para essa finalidade;

A consolidação da identidade do CFES, que se entende no âmbito do comitê metodológico do CFES Sul como espaço de referência da formação em economia solidária, ou seja, de gestão da formação e do conhecimento gerado em parceria com as entidades e trabalhadores. É isso que diferencia o CFES do atendimento da demanda de formação feito pelas entidades de formação, as quais também têm o papel reflexivo no âmbito de sua formação, mas podem encontrar no CFES o espaço coletivo e público para a metarreflexão, sistematização e disseminação de processos e conhecimentos;

A garantia de que o CFES, a partir do que foi desenvolvido até o momento e independentemente da sua continuidade, deixe um legado para os setores envolvidos no campo da economia solidária e para a sociedade em geral na forma de um conjunto sistematizado de materiais pedagógicos que expressam a realidade e as possibilidades teórico-epistemológicas, técnico-operativas e ético-políticas da formação em economia solidária.

Considerações finais

A parceria entre Estado e organizações da sociedade civil no Brasil tem oportunizado a produção de inovações, tanto no planejamento e gestão da política pública democrática e descentralizada, quanto em processos de execução pautados em princípios da educação popular. A análise de políticas com características inovadoras apresenta avanços e desafios que merecem ser conhecidos e analisados na medida em que socializam aprendizagens que contribuam para a multiplicação de experiências emancipatórias (Hulgaard e Ferrarini, 2010).

A demanda por formação decorre dos desafios de aliar eficiência econômica à gestão democrática e solidária nos empreendimentos, em meio ao contexto econômico dinâmico e competitivo. Além disso, a própria trajetória do movimento social da economia solidária na busca por construção de sua identidade e reconhecimento político envolve em si mesma um acervo significativo de experiências de for-

mação e de processos metodológicos e pedagógicos fundados em princípios da educação popular que requerem atenção. Materializada através do CFES, a política pública brasileira de formação em economia solidária tem possibilitado a realização de um conjunto de experiências que ganha contornos específicos em cada região do território nacional, dependendo das demandas locais, das características regionais e do tipo de organização sociopolítica. É uma oportunidade para os formadores refletirem sobre suas experiências, recriarem seus saberes, sistematizá-los e, em última instância, contribuírem para a disseminação de práticas educativas pautadas na solidariedade, autonomia e sustentabilidade.

No Estado do RS, os dados preliminares da pesquisa junto ao CFES Sul revelaram uma experiência inovadora de legitimação dos trabalhadores como formadores. Não se tratou de ouvi-los ou consultá-los, mas de lhes oportunizar o exercício como protagonistas das ações de formação, em relação de horizontalidade com os formadores de EAF. Hoje, esses trabalhadores tornaram-se multiplicadores, sendo requisitados por várias instâncias de organização dos trabalhadores para realizarem atividades de formação, com a vantagem de “falarem a mesma linguagem” e de conhecerem a realidade pela própria vivência, além do efeito de amplificação dos resultados da política. Além disso, a validação de saberes considerados subalternos, populares ou primitivos questiona o exclusivismo epistemológico da ciência e abre caminhos para o enriquecimento da produção de conhecimento voltado às demandas concretas e complexas do campo da economia solidária. É estimulante presenciar experimentações de aplicação dos princípios da educação popular na prática econômica, social e política emancipatória em contextos historicamente marcados pelo colonialismo e autoritarismo, que dizimou saberes e fez silenciar vozes.

A formação para a solidariedade e autogestão, feita de forma solidária e autogestionária, revelou-se, no nosso entendimento, capaz de unir teoria e prática, resultado e processo, forma e conteúdo. A experiência vem ao encontro de falas dos sujeitos da pesquisa, as quais reiteram que, na formação em economia solidária, “o exemplo é mais importante do que ‘despejar’ palavras; ouvir é mais construtivo que ensinar, criar é mais importante que planejar”.

Os resultados quantitativos e qualitativos do CFES ainda não foram totalmente mensurados. Dificuldades relativas à sobrecarga dos

executores e gestores da política com excessivas atividades burocráticas com certeza geraram limites que serão posteriormente aprofundados, mas os ganhos também foram muitos e já podem ser percebidos. No limiar de término do convênio, o desafio será a continuidade do CFES e seu reconhecimento como referência político-pedagógica e de sistematização metodológica da formação em economia solidária no Brasil.

Os participantes do CFES têm trilhado um caminho complexo e trabalhoso, em parte pelo ineditismo da ação, mas o Centro também é um espaço de descoberta, engajamento, utopia e transformação. Assim é quando pessoas, grupos e instituições se desafiam ao novo, ou-sam criar e correr riscos, animados pelo sonho que tem marcado a vida de milhões de brasileiros, trabalhadores, gestores e a população de viabilizar uma sociedade com oportunidade de vida digna através do trabalho, de relações mais solidárias, de respeito à natureza e de esperança para as gerações futuras.

Referências

- ARRIGHI, G. 1997. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 376 p.
- ARRUDA, M. 2006. Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares. In: *Seminário sobre Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação*. Salvador, Universidade Católica do Salvador/CAPI-NA, 26 p.
- BRASIL. 2007. *Termo de Referência para Implantação do Centro de Formação em Economia Solidária (CFES)*. Brasília, SENAES/MTE, 13 p.
- BRASIL. 2006. I Conferência Nacional de Economia Solidária. *Anais....* Brasília, SENAES/MTE.
- BRASIL. 2005. *Oficina Nacional de Formação/ Educação em Economia Solidária: relatório final*. Brasília, SENAES/TEM, 47 p.
- CHESBROUGH, C. 2006. *Open innovation – researching a new paradigm*. Oxford, Oxford University Press, 227 p.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). 2008. *IV Plenária Nacional de Economia Solidária: outra economia construindo outros desenvolvimentos: Anais*. Brasília, FBES, 42 p.
- FREIRE, P. 1983. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 184 p.
- FREIRE, P. 1996. *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 165 p.
- GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (orgs.). 1993. *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo, Cortez, 120 p. (Coleção Questões da Nossa Época, nº 25).
- GADOTTI, M. 2009. *Economia solidária como prática pedagógica*. São Paulo, Instituto Paulo Freire, 138 p.
- GAIGER, L.I.G. 2010. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. *Otra Economía*, 2(3):58-72.
- GAIGER, L.I.G. 2009. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. *Caderno CRH*, 22(57):583-600.
- HULGAARD, L. 2010. Discourses of social entrepreneurship: variations of the same theme? In: J. DEFOURNY; L. HULGÅRD; V. PESTOFF (orgs.), *Social enterprise, social entrepreneurship, social economy, solidarity economy: An EMES reader on the social entrepreneurship field*. Madrid, EMES European Research Network, 153 p.
- HULGAARD, L.; FERRARINI, A.V. 2010. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública? *Revista Ciências Sociais Unisinos*, 46(2):256-263.
- KIRSCH, R. 2004. *As práticas educativas da economia solidária e a construção coletiva de um projeto alternativo*. São Leopoldo, RS. Trabalho de conclusão do curso. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 111 p.
- LEADBEATER, C. 2009. *We-think*. Croydon, Profile Books, 132 p.
- SACHS, I. 2008. *Desenvolvimento incluente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro, Garamond, 155 p.
- SANTOS, B.S. (org.). 2002. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 514 p.
- SANTOS, B.S. 2003. *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado*. Lisboa, Afrontamento, 821 p.
- SILVA, R.M.A.; FARIA, M.S. 2009. Tecnologias sociais e economia solidária: diretrizes, desafios e perspectivas para políticas públicas. In: P.C.C. BOCAYUVA; A.P. VARANDA (orgs.), *Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas*. Rio de Janeiro, FASE, IPPUR, UFRJ, p. 71-91

Submetido: 15/04/2012

Aceito: 16/04/2012